

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OS JOGOS E A DEFICIÊNCIA MENTAL: O LÚDICO FAVORECENDO O
DESENVOLVIMENTO GLOBAL

PONTAL DO PARANÁ

2005

CLEIDE MARGARETE DANELIU KICOT

OS JOGOS E A DEFICIÊNCIA MENTAL: O LÚDICO FAVORECENDO O
DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Monografia apresentada como requisito parcial
Para a obtenção do título de especialista em
Educação Inclusiva – Especial do Curso de Pós-
Graduação em Educação Inclusiva, sob orientação
da Prof^a Joseth.

PONTAL DO PARANÁ

2005

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	iii
INTRODUÇÃO	04
OS JOGOS E A DEFICIÊNCIA MENTAL: o lúdico favorecendo o desenvolvimento global.....	06
1.0 O que é a deficiência mental	06
1.1 Causas da deficiência mental (retardo mental)	09
1.2 Classificação de tipos de deficiência mental	12
1.3 A educação especial.....	25
2.0 O jogo e a brincadeira como facilitares da aprendizagem.....	27
2.1 Classificação dos jogos e sua importância na aprendizagem	32
3.0 A inclusão e o jogo	37
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

A criança nasce com uma capacidade cognitiva e motora inata, que ao longo dos anos será desenvolvida. Com uma criança normal essa capacidade é grande; mas tratando-se de uma criança com deficiência mental, ela é não está definida, pois não se sabe ao nascer, qual é a capacidade de desenvolvimento dessa criança. Não há como prever qual o desenvolvimento de uma criança com deficiência mental, visto que, isso dependerá dos estímulos que ela receber desde seu nascimento.

Ao entrar para escola ela já desenvolveu boa parte de suas habilidades, somente pelo fato de ter explorado o mundo através das brincadeiras e jogos. Ao conviver com pessoas, objetos, lugares e outros ambientes escolares ou outros, a criança aprimora aquilo que já havia desenvolvido.

Um bebê normal faz de um simples objeto o seu brinquedo: um controle remoto, um CD, uma tampa de panela ou qualquer outro objeto que lhe interesse, fazendo desse uma fonte de experiências e descobertas. Durante essa exploração ela recebe informações quanto à forma, gosto, temperatura, tamanho, textura, peso, e assim adquirem conhecimentos, noções de conceitos. Ao confrontar esse bebê com brinquedos pedagógicos o seu aprendizado torna-se ilimitado.

De acordo com Rodrigues (2001), com a criança com deficiência mental o processo será igual, a mãe trará esses objetos para que seu filho possa desfrutá-los. A mãe deverá propor a atividade para a criança sempre explicando cada passo, o que estão fazendo e para quê.

Jean Piaget é o teórico que irá embasar a maioria dos temas relacionados aos jogos e sua importância, portanto:

“O jogo é, portanto, sob as suas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil”. (Jean Piaget, 1976, p.160)

Vê-se dessa maneira, que o jogo é deveras importante no desenvolvimento de qualquer criança, seja ela normal ou com alguma deficiência. Inhelder (1963), a partir dos estudos de Piaget, chegou à conclusão de que o aluno com deficiência mental deve ser visto como um ser capaz de construir seu conhecimento em interação com o meio, conforme os demais alunos.

Com isso, pretende-se investigar até que ponto o jogo favorece o desenvolvimento da criança com deficiência mental, visto que, o jogo é algo prazeroso e por meio dele pode-se trabalhar vários conceitos e regras.

Mediante a relação: deficiência mental – jogo – inclusão, far-se-á um apanhado sobre os conceitos de cada um e suas co-relações; como ensinar através de jogos e quais os benefícios e vantagens para os alunos com deficiência mental.

As perspectivas de se aplicar uma atividade para aquele aluno considerado lento, incapaz de se concentrar ou apreender conceitos. Por que o jogo o fará perceber o mundo?

Pelo simples fato de que brincando a criança aprende com mais facilidade, se para uma criança dita normal, que apresenta dificuldades de compreensão, o jogo é fonte inesgotável de aprendizagem. Por que não seria para uma criança com

deficiência mental e que necessita do concreto, do toque, da sensação para apreender o que lhe foi transmitido.

Diante de tantos questionamentos, é que se propôs a pesquisar e estudar mais profundamente essa tripla relação e suas contribuições para a aprendizagem dos alunos com deficiência mental. Seja essa aprendizagem feita em escolas especiais ou em escolas regulares, por meio da inclusão.

Prova disso é o objetivo a ser provado, demonstrar que o jogo é favorável para o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência mental (leve, moderada ou severa), bem como ver as vantagens e desvantagens do jogo, percebendo a relação entre professor e aluno durante essa prática; fazer uma avaliação do jogo como instrumento da aprendizagem e adaptando jogos para alunos com e sem deficiência mental.

Iniciaremos com conceitos sobre deficiência mental e suas características e a seguir abordaremos os outros temas que completam a relação: deficiência mental – jogos – inclusão.

No final veremos uma pesquisa realizada com oito alunas do curso de especialização, em que questionaram a prática de jogos e brincadeiras no desenvolvimento de alunos com deficiência mental e alunos do projeto Piá.

Os jogos e a deficiência mental: o lúdico favorecendo o desenvolvimento global.

1.0 O que é a deficiência mental:

Pessoa com deficiência é aquela “que possui uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (Decreto nº 3956/2001).¹

Vê-se que a definição para a pessoa com deficiência foi reelaborada e faz com que o portador de deficiência – seja ela qual for – seja visto como uma pessoa que tem suas limitações como também suas capacidades.

Antigamente, o termo “excepcional” era usado para descrever os alunos cujos padrões de necessidades educacionais eram muito diferentes dos da maioria das crianças e jovens. Hoje em dia, usa-se a terminologia pessoa portadora de deficiências ou pessoa com deficiência.

Não raro ouvimos denominações como “louco da cabeça”, “meio pancado”, “bobinho” e outras terminações que ofendem a moral dessas pessoas que têm tudo para crescerem na vida, prova disso são as Para-Olimpíadas em que atletas superam suas dificuldades e brilham em vários esportes.

Uma coisa que nem todos sabem é que, a pessoa com deficiência mental não é um doente mental, ou seja, a deficiência mental refere-se aos termos do funcionamento do comportamento adaptativo e da inteligência, e no transtorno (doença) mental, a pessoa apresenta comprometimento em alguma das seguintes

¹ Decreto Federal nº 3956/2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência.

áreas: percepção, pensamento, linguagem, humor e relacionamento, demandando tratamento psiquiátrico e/ou psicológico.

O Conselho Diretor da American Association for the Mentally Retarded (1992) conceitua o retardo mental como “limitações substanciais no desenvolvimento atual, caracterizando-se por um desempenho intelectual, consideravelmente abaixo da média, existindo concomitantemente com outras limitações em duas ou mais das seguintes áreas de comportamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, habilidades domésticas, competências sociais, desempenho na comunidade, auto-suficiência, saúde e segurança, desempenho acadêmico mínimo, lazer e trabalho. O retardo mental manifesta-se antes dos 18 anos”.

Testes específicos – de inteligência, habilidades psicomotoras, personalidade – irão diagnosticar se uma criança é apresenta deficiência mental, e em qual nível ela se encontra. A constatação empírica confirma e estabelece um conjunto de dados que dizem respeito aos aspectos estruturais e funcionais da vida intelectual das pessoas com retardo mental (RM). Resume-se em:

- as pessoas com retardo mental configuram uma condição intelectual análoga a uma construção inacabada, mas até o nível em que conseguem evoluir intelectualmente, essa evolução se apresenta como sendo similar à das pessoas normais mais velhas;

- embora possuam esquemas de assimilação equivalentes às pessoas normais mais jovens os portadores de retardo mental mostram-se às pessoas normais, em face da resolução de situações-problemas, ou seja, na colocação prática de seus instrumentos cognitivos; - apesar de se definir por parada definitivas e uma lentidão significativa no processo intelectual, a inteligência dos portadores de

RM testemunha certa plasticidade ao reagir satisfatoriamente à solicitação adequada do meio.

A deficiência mental constitui, estatisticamente, uma das mais importantes enfermidades crônicas da infância. Não se trata de uma moléstia única, isto é, trata-se de um complexo conjunto de síndromes das mais variadas etiologias e quadros clínicos diferentes cujo único denominador comum é insuficiência intelectual; vários são os fatores que envolvem o problema da deficiência mental. Problemas como biológico médico, sociais, legislação, trabalho, previdência social faz com que haja a necessidade de se criar uma legislação apropriada para que a pessoa portadora de deficiência não seja lesada ou discriminada.

No Brasil, a Emenda Constitucional nº 12. de 17 de outubro de 1978 ainda em vigência da Carta de 1969, estabeleceu o seguinte:

Artigo Único – é assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I. Educação especial e gratuita;
- II. Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;
- III. Proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e salários;
- IV. Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

A emenda significou um grande avanço, não só pela extensão de direitos que assegurou aos portadores de deficiência, mas, mais ainda, pelo seu caráter pioneiro, quando comparado com outras Constituições estrangeiras.

A noção de deficiente por não ser objetiva, nos revela antes um complexo de superioridade que se multiplica em sociedades ignorantes. Portanto, se torna necessário combater a ignorância e os preconceitos nestes e em outros planos,

estando aqui a importância da informação no campo da deficiência. Atitudes como rejeição, medo, receio, negação, entre outros, por carências de informações e de contato com pessoas portadoras de deficiências fazem com que haja a negligência e a falta de inclusão desta na sociedade em que vive.

Outro fator que deve ser discutido, é que às vezes a criança é rotulada como pessoa com deficiência mental e o que ocorre é apenas um atraso em seu desenvolvimento. Não raro vemos alunos em salas de recursos especiais, devido seu fraco desempenho e sendo tratado como deficiente, somente por ele ter dificuldades de aprendizagem.

Há de se fazer um diagnóstico perfeito para que se detecte realmente, se uma criança possui ou não deficiência mental. E a partir daí, iniciar um tratamento adequado e visando suas necessidades. Pois crianças oriundas de famílias de baixa renda tendem a apresentar uma diferenciação em sua educação, sua motivação e seu desenvolvimento, visto que em casa não são estimulados.

1.1 Causas da deficiência mental (retardo mental):

- Pré-natais: anomalias cromossômicas (Síndrome de Down), anomalias enzimáticas (fenilcetonúria), incompatibilidade sangüínea, sífilis, rubéola, toxoplasmose, defeitos do desenvolvimento do cérebro, entre outros.

- Perinatais (hora do nascimento): anoxia (falta de oxigênio no cérebro), traumatismos cranianos, etc.

- Pós-natais: meningites, encefalites, fraturas ou ferimentos penetrantes do crânio, entre outros.²

² Educação Especial Programa nº 6. Conhecendo o aluno portador de Retardo Mental – Um salto para o Futuro/22/06. Boletim de Educação

Na criança com deficiência mental, o potencial de aprendizagem é caracterizado por graus de incapacidade adaptativa, em que subsiste uma inferioridade mental global.

Os limites quantitativos dos potenciais de aprendizagem têm sido estabelecidos por escalas de inteligência. A mais conhecida e utilizada é a estabelecida pela American Association of Mental Deficiency (AAMD), compreendendo os seguintes tipos:

Quadro 1 – Tipos de deficiências, segundo classificações da AAMD

TIPOS DE DEFICIÊNCIA MENTAL	STANDFORD BINET – QI	WECHSLER – QI
Ligeira (<i>mild</i>)	68-52	69-55
Moderada (<i>moderate</i>)	51-36	54-40
Severa (<i>severe</i>)	35-20	39-25
Profunda (<i>profunde</i>)	< 19	< 24

Entretanto, Kirk apresenta uma tabela em que evidencia o plano educacional, e vem sendo utilizada em vários países.

Quadro 2 – Tipos de deficiências, segundo classificação de Kirk.

	QI
Dificuldade de aprendizagem (<i>slow learner</i>)	80-90
Deficiência mental educável (<i>educable mentally retarded – EMR</i>)	50-55 – 75-79
Deficiência Mental treinável (<i>trainable mentally retarded – TMR</i>)	30-35 – 50-54
Deficiência Mental dependente (<i>dependent mentally retarded – DMR</i>)	< 25 - 30

A partir do momento em que se foi diagnosticado o grau da deficiência prestar-se-á atenção ao desenvolvimento de duas áreas: a motora e a verbal. Pois os limites da integridade da área motora são percebidos nos primeiros anos de vida. É aí que se desenvolvem os sistemas de respostas inatas – os reflexos, que se coordenam, estruturam e autoregulam nos sistemas motores globais como postura, equilíbrio, locomoção, e daí passando para a coordenação motora fina com as praxias ideomotoras e ideotóricas, destreza.

Segundo Boulch (p.15, 1982) “a imagem corporal representa uma forma de equilíbrio entre as funções psicomotoras e a sua maturidade. Ela não corresponde só a uma função, mas sim a um conjunto funcional cuja finalidade é favorecer o desenvolvimento”.² A criança estará pronta a partir do momento em que ela consegue mentalmente construir uma imagem corporal.

A linguagem é a chave da comunicação humana e o maior instrumento de pensamento humano. A linguagem envolve a recepção – decifração; associação – integração e expressão – decodificação. A linguagem receptiva compreenderá a capacidade de ouvir e ler, enquanto a expressiva, a de falar e escrever – linguagens oral e escrita. E tem como integrador do indivíduo o cérebro, onde toma lugar a associação e a generalização de idéias.

Dessa maneira é possível perceber que quanto maior o grau de deficiência mental, menor será seu desenvolvimento na linguagem. Porque alguns não conseguem captar o significado de uma palavra sequer que ouviu; outros conseguem um vocabulário mínimo e compreendem ordens simples. A criança com retardo mental leve consegue desenvolver habilidades adequadas de comunicação

² BOULCH, Jean Lê. **O desenvolvimento psicomotor**: do nascimento aos seis anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

oral para conversação comum e atinge habilidades de leitura e escrita por ocasião da maturidade.

O professor é de extrema importância para que esse aluno adquira maior número de vocábulos, para isso se faz necessário proporcionar atividades e conteúdos em que a linguagem se faça necessário. Estímulos auditivos e visuais são muito enriquecedores para essa fase.

1.2. Classificação dos tipos de deficiência mental

Vejam a seguir quais são as habilidades que as pessoas com retardo mental chegam, de acordo com os níveis de comportamento adaptativo de Sloan e Birch, 1955.

LIGEIRO (*Mild*)

Na fase de 0 a 5 anos: Maturação e Desenvolvimento:

- Pode desenvolver aquisições de comunicação e de sociabilidade;
- Atraso mínimo nas áreas sensório-motoras;
- Não se distingue da criança normal senão numa idade mais avançada;

Na Idade escolar – 6 a 21 anos: Educação e Treino:

- Pode aprender aquisições acadêmicas até o sexto ano;
- Não pode aprender assuntos de nível secundário;
- Precisa de Escola Especial aos níveis de ensino secundário;

Adulto – 21 anos em diante: Ajustamento Social:

- Capaz de ajustamento social e vocacional;

- Precisa freqüentemente de supervisão perante situações econômicas e sociais sofisticadas.

MODERADO (*Moderate*)

Na fase de 0 a 5 anos: Maturação e Desenvolvimento:

- Pode aprender a falar e a se comunicar;
- Reduzida consciência social;
- Desenvolvimento motor satisfatório;
- Pode beneficiar-se de treino nas áreas de auto-suficiência;
- Pode ser orientado com uma supervisão moderada.

Idade Escolar – 6 a 21 anos: Educação e Treino:

- Pode aprender aquisições acadêmicas funcionais até o 4º ano de escolaridade se integrado na educação especial.

Adulto – 21 anos em diante: Ajustamento Social:

- Apto para ocupações qualificadas.

SEVERO (*Severe*)

Idade 0 a 5 anos: Maturação e Desenvolvimento:

- Desenvolvimento motor pobre;
- A fala é mínima;
- Não se beneficia do treino nas áreas da auto-suficiência;
- Poucas aquisições na área da comunicação.

Idade Escolar – 6 a 21 anos: Educação e Treino:

- Pode falar ou aprender a se comunicar;
- Pode ser treinado nos hábitos de higiene;

- Não aprende as aquisições acadêmicas funcionais;
- Beneficia-se de hábitos de treino sistemático.

Adulto – 21 anos em diante: Ajustamento Social:

- Pode contribuir parcialmente em tarefas completamente supervisionadas;
- Pode desenvolver comportamentos de auto-proteção em envolvimento controlados.

PROFUNDO (*Profund*)

Idade de 0 a 5 anos: Maturação e Desenvolvimento:

- Grande atraso;
- Capacidades mínimas para funcionar nas áreas sensório-motoras;
- Necessita de cuidados maternos.

Idade Escolar - 6 a 21 anos, Educação e Treino:

- Registra-se algum desenvolvimento sensório-motor;
- Raramente beneficia-se de treino na área da auto-suficiência;
- Necessita de cuidados permanentes.

Adulto – 21 anos em diante; Ajustamento Social:

- Algum desenvolvimento motor e da fala;
- Incapaz de auto-manutenção;
- Precisa de cuidados e de supervisão permanente.

O deficiente mental depende de condições de desenvolvimento, condições sócio-econômicas, de higiene, patológicas familiares, sociocultural da família e da comunidade, e antes de tudo da aceitação da mãe e dos familiares. Pois ao negar a deficiência de seu filho, estão negligenciando sua educação, seu desenvolvimento e

com isso, suas habilidades e competências tendem a demorar em aparecer, cabendo exclusivamente à escola o trabalho de reabilitação desse indivíduo à sociedade.

Os pais são os principais e primeiros agentes na intervenção educacional, são eles que passam a maior parte do tempo com a criança, eles são os primeiros educadores dessa criança. Entretanto, sabe-se que a aceitação de se ter um filho com deficiência é lenta e demorada, visto que, os pais esperam uma criança saudável e perfeita. A aceitação se faz necessário para que se inicie o processo de reabilitação dessa criança, quanto mais cedo os pais aceitarem o veredicto dos médicos, mais cedo se iniciará essa reabilitação, e a criança poderá se desenvolver plenamente.

A família tem um papel importantíssimo na reabilitação da criança com deficiência, embora alguns profissionais digam que os pais são um tanto intrometidos, serão eles que desde cedo estimularão seus filhos a desenvolverem suas habilidades. A descoberta de se ter um filho com deficiência é chocante, e essa costuma vir seguida de sentimentos naturais como medo, dor, angústia, desapontamento, culpa, confusão mental e uma sensação de fracasso.

Médicos e profissionais da área devem conscientizar esses pais de que seu filho é uma criança como as outras, porém ela é uma criação única, não só pelo que ela é e sim pelo que ela poderá fruir, se tiver a participação ativa de seus pais.

À escola caberá o mesmo papel, ou seja, o de informar e pedir a colaboração dos pais para o pleno desenvolvimento dessa criança, pais e escola devem caminhar juntos para que um saiba o que o outro faz e vice-versa. Pois os pais estão prontos para aceitar responsabilidades extras, muitos pais sabem das necessidades específicas de seu filho e mediante isso, os professores devem saber lidar com os

problemas familiares dessa criança, com problemas de puericultura e de desenvolvimento infantil.

Educacional e socialmente deve-se acreditar no potencial da criança com deficiência mental, toda criança deficiente mental pode aprender. A aprendizagem, não depende só das condições internas inerentes ao indivíduo que aprende, ela está constituída pela consequência do equilíbrio de tais condições internas da aprendizagem com as condições externas de ensino, inerente ao sujeito que ensina. Piaget nos faz compreender que a adaptação a situações exige um equilíbrio e uma organização entre os processos de assimilação – exterior para o interior – e de acomodação – interior para o exterior.

“O estudo da inteligência sensório-motor ou prática durante os dois primeiros anos do desenvolvimento ensinou-nos como a criança, tendo assimilado primeiro, diretamente, o meio exterior à sua própria atividade, constitui em seguida, para prolongar essa assimilação, um número crescente de esquemas simultaneamente mais móveis e mais aptos a coordenarem-se entre si”. (Jean Piaget, p.07, 1970)³

Quanto maior forem os esquemas assimiladores, maiores são as chances da criança se desenvolver. Ao começar a atividade assimiladora, um objeto qualquer oferecido pelo meio exterior à ação da criança é alguma coisa para ela agarrar, chupar ou olhar; tal assimilação está, centrada unicamente no sujeito assimilador. Somente depois, é que esse objeto transformar-se-á em algo que se desloca, se move e que possa ser utilizada para fins cada vez mais complexos.

A observação e a experimentação combinadas demonstram que a noção de objeto, longe de ser inata ou de ser dada, toda feita na experiência, constrói-se

³ PIAGET, Jean. **A construção do Real na Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

pouco a pouco. É na fase dos reflexos e primeiros hábitos – primeiros dois anos de vida – que o universo infantil forma-se de quadros suscetíveis de reconhecimentos, mas sem permanência substancial nem organização espacial. Apenas na terceira fase – a das reações circulares secundárias – é que se confere às coisas um começo de permanência, em prolongamento dos movimentos de acomodação, mas não é visto ainda qualquer exploração sistemática para reencontrar objetos ausentes.

Tais observações se fazem necessárias, devido o fato de que em uma criança com deficiência mental, essas atitudes tendem a demorar, ou passam despercebidas pelos pais.

Jean Piaget nos orienta sobre os estágios do desenvolvimento cognitivo da criança, e a partir desses estágios é que se pode verificar o desenvolvimento de uma criança com deficiência mental, visto que, essa criança não se desenvolverá da mesma maneira que a criança dita normal.

- O primeiro período, chamado sensório-motor está dividido em seis estágios que compreendem os dois primeiros anos de vida da criança.
 - Estágio 1 (do nascimento até um mês), o recém-nascido apresenta um comportamento que se caracteriza por reflexos inatos (buscar com os lábios, sugar, agarrar), que se tornam mais eficientes e combinam-se mutuamente na formação de esquemas primitivos, tais como buscar-e-sugar. O bebê é egocêntrico, sem qualquer consciência do eu como tal ou a distinção entre o eu e o mundo externo.
 - Estágio 2 (um a quatro meses), através de descobertas acidentais, o bebê começa a definir os limites de seu próprio corpo. Repete seus movimentos para prolongar essas experiências, combinando, por exemplo, o olhar e o agarrar, formando assim uma organização mais complexa do comportamento, denominada preensão.

- Estágio 3 (quatro a oito meses), o bebê aprende a adaptar os esquemas familiares e novas situações empregando-os para prolongar os espetáculos interessantes. Agora, seu interesse é mais com o mundo ao seu redor do que a si mesmo, procura alcançar os objetos, desde que possa vê-los, porém, o que está fora do seu campo de visão está fora da mente. Emprega os esquemas habituais de maneira mágica, como se considerasse suas ações capazes de determinar a ocorrência de eventos externos não-relacionáveis.

Estágio 4 (oito a doze meses), podemos observar o surgimento do comportamento intencional, à medida que o bebê afasta os obstáculos do caminho ou usa a mão de um dos pais para alcançar o que deseja. Pode procurar os brinquedos parcialmente ocultos ou escondidos bem diante de seus olhos, emprega os esquemas conhecidos de novas maneiras, combinando-os e coordenando-os para adequá-los a novas situações. Seu comportamento antecipatório e sua imitação de sons revelam os primórdios da memória e da representação.

Estágio 5 (doze a dezoito meses), a criança começa a experimentar sistematicamente, variando seus esquemas em um tateamento orientado. Empregam novos meios, tais como bastões e correntes para atingir os objetivos desejados, ou encontra novos usos para objetos já conhecidos. Pode encontrá-los onde o viu pela última vez, mas não interfere nos resultados dos deslocamentos não-vistos. Reconhece fotografias de pessoas e objetos conhecidos e pode acompanhar instruções verbais simples.

Estágio 6 (dezoito a vinte e quatro meses), esse estágio é a transição sensório motora para a de representação. A criança inventa novos meios através da dedução mental; o tateamento por ensaio e erro já não é fisicamente executado, mas sim simbólica ou mentalmente. A criança se mostra capaz de deduzir os deslocamentos

invisíveis de um objeto escondido; sabe claramente que este continua a existir, mesmo quando não o vê (permanência do objeto). Começa a usar símbolos na linguagem e nas brincadeiras de faz de conta; recorda-se de acontecimentos passados e os imita na ocasião posterior. Demonstra orientação, intencionalidade e os primórdios do raciocínio dedutivo, juntamente com uma compreensão primitiva de espaço, do tempo e da causalidade, a criança está entrando no período da representação simbólica.

- Segundo período, pré-operacional que vai dos dois aos sete anos.

No estágio pré-conceitual a criança opera em nível de representação simbólica, o que se evidencia na imitação e na memória exibida no desenho, no sonho, na linguagem e na atividade do faz-de-conta. Surgem as primeiras tentativas super generalizadas da conceituação, nas quais os representantes de uma classe não são distinguidos da própria classe (por exemplo, todos os cães são "o cão").

Embora a criança atue de modo bastante realista no mundo físico, ainda é egocêntrico e dominado por um sentimento de onipotência mágica, presume que todos os objetos naturais estejam vivos e sejam dotados de sentimentos e intenções, porque isso é o que se dá com ela. Raciocina que ocorre coincidentemente entre si uma relação de causa e efeito; presume que o mundo seja como se afigura em seus olhos, não consegue conceber mentalmente o ponto de vista de outra pessoa.

- Terceiro período, estágio pré-lógico ou intuitivo, dos quatro aos sete anos.

Surge o raciocínio pré-lógico, baseado em aparências perceptuais (por exemplo, meia xícara de leite que encha completamente um copo pequeno é mais

do que meia xícara que não encha um copo grande). O ensaio e erro podem levar a uma descoberta intuitiva das relações corretas, mas a criança é incapaz de considerar mais de um atributo cada vez (as contas azuis não podem ser ao mesmo tempo, as contas de madeira). A linguagem é usada de maneira genérica, refletindo a experiência limitada da criança.

- Quarto período, das operações concretas, sete a doze anos.

Durante a primeira e a segunda série, há uma transição gradual para o período de operações concretas que se prolonga até a idade de onze ou doze anos. Neste estágio, a criança pensa logicamente sobre as coisas que experimentou e as manipula simbolicamente, como nas operações aritméticas. Atingiu o conceito de conservação e reconhece que uma xícara de leite tem o mesmo volume, quer seja em um copo alto e estreito, quer em um baixo e largo. Uma conquista extremamente importante é o fato de ser agora capaz de raciocinar retrospectivamente e prospectivamente no tempo. A isso Piaget denomina reversibilidade; essa característica acelera imensamente o raciocínio do tipo “se $2+2=4$, então $4-2$ deve ser igual a 2”.

Vemos aqui o espiral ascendente do desenvolvimento intelectual, evoluindo desde o conhecimento elaborado a partir das experiências concretas do período sensório-motor até a capacidade de representar simbolicamente essas experiências e, por fim, pensar nelas de modo abstrato. A criança na escola fundamental pode dispor as coisas em séries, classificando-as em grupos e executar outras operações lógicas. Se lhe mostrarmos um bastão “A” mais longo de que um bastão “B” e depois um bastão “C” mais curto que o bastão “B”, ela deduzirá que o bastão “A”

deve ser logicamente mais longo que o "C", sem precisar vê-los em um nível sensório-motor.

- Quinto e último período, das operações formais, que compreende dos doze anos à idade adulta.

Em algum ponto em torno dos onze ou doze anos, a criança se torna capaz de raciocinar logicamente sobre as preposições, coisas ou propriedades abstratas que jamais experimentou diretamente. Essa capacidade de hipotetizar caracteriza o período de operações formais, o último e mais elevado período no modelo do desenvolvimento de Piaget. O estudante é capaz de raciocínio indutivo e dedutivo, baseado na forma de uma preposição dada; seu conhecimento do problema pode ser puramente hipotético, mas a despeito disso, é capaz de elaborá-lo até a sua conclusão lógica. Os exemplos desse tipo de raciocínio incluem problemas de matemática ou química, ou experimentos que manipulam diversas variáveis de modo sistemático, levando em conta todas as permutações e combinações possíveis.

Nem todos os adultos atingem completamente esse último e mais elevado estágio do desenvolvimento intelectual, mas esse raciocínio é decerto característico dos cientistas e pesquisadores que trabalham com átomos, partículas e com fissão nuclear. Esses pensamentos são capazes de examinar imensas quantidades de material e fazer surgir uma explicação clara e abrangente.

Desde o nascimento o portador de retardo mental, percebe as relações sociais de forma diferente, não conseguindo perceber claramente os papéis dos adultos e seu papel dentro do contexto familiar. Essa criança apresenta déficits não

somente no funcionamento intelectual, mas também nas habilidades sociais, na forma de comportamento adaptativo, competência e compreensão sociais.

A competência interpessoal envolve a capacidade em reconhecer a existência de perspectiva, intenções e sentimentos em outras pessoas no sentido de diferenciar o Eu do Outro. O próprio déficit na recepção da linguagem leva ao déficit da compreensão social, decorrente de dificuldade cognitiva.

O portador de retardo mental terá seu desenvolvimento global lento, acarretando problemas posteriores de aprendizado, observáveis desde o início de sua vida. Atentemo-nos para alguns aspectos importantes de desenvolvimento do portador de retardo mental.

Seu desenvolvimento ocorre não harmonicamente, isto é, pode-se dizer que o portador de deficiência mental configura uma condição intelectual análoga a uma construção inacabada, mas até o nível em que conseguem evoluir intelectualmente, essa evolução se apresenta como sendo similar à das pessoas normais mais velhas. O desenvolvimento nas áreas – cognitiva, motora, social, da linguagem, afetivo-emocional – não acontece necessariamente ao mesmo tempo, intensidade e ritmo.

Perceber-se-á defasagem maior nas áreas da linguagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo-emocional, a área motora é a que mais se assemelha às crianças normais. Cada um dos indivíduos com deficiência mental poderá chegar a estágios diferentes dentro de cada área de desenvolvimento.

Entretanto, um déficit maior na motricidade exigirá um esforço maior por parte dessa criança acarretando com isso déficits de atenção, e não havendo retenção para novos movimentos e muito menos para os mais complexos e refinados. A atividade manual exige uma coordenação neuromuscular que se

relaciona diretamente com todo o corpo, desde a postura até os movimentos oculares. Para atividades motora-manuais haverá maior necessidade de organização e controle, exigindo tanto autoconhecimento dos segmentos corporais como também dos processos pelos quais se realizam essas atividades.

Na área da linguagem, percebem-se alterações significativas de desenvolvimento. As crianças falam tarde, apresentam dificuldades em expandir as sentenças e quando a fazem, são caracterizadas pela simplicidade em sua estrutura e pelo vocabulário concreto e redundante. Déficits de compreensão são observáveis; o significado das palavras lhes é difícil quanto à sua forma abstrata ou representacional, não conseguindo relacionar vocabulário e seus diferentes significados.

Os aspectos da fala mais relevantes estão centrados na aquisição dos padrões articulatórios incorretos por dificuldades práxicas orais e também pelo pouco discernimento da forma pela qual falam. Aos 7 ou 8 anos esses problemas já foram quase superados, ou pela terapia fonoaudiológica ou, porque a criança adquiriu os fonemas tardiamente, mas através de sua capacidade cognitiva.

Quanto às formas de discurso a pessoa com deficiência mental, fixa-se no descritivo, isolando fatos, acontecimentos e ações.

O desenvolvimento cognitivo inicia-se no nascimento, assim como todas as outras áreas de desenvolvimento, contudo, desempenha papel fundamental nas demais as definindo em termos de tempo, ocorrência e a soma pela qual se manifestam. A criança com deficiência mental apresenta discrepâncias no desenvolvimento a nível perceptual, essas variações determinarão em parte o melhor ou o pior desempenho da motricidade, da linguagem, porque a criança apresentará maiores dificuldades na análise-síntese, figura-fundo, nas relações e

orientações de tempo e espaço. Mais tarde, essa criança não chegará a qualquer processo de abstração.

Podemos observar esse fato precocemente, nas atividades do bebê – como pegar objetos, localizar luzes e som – e posteriormente nas atividades de linguagem e matemática. Por não conseguir encontrar várias estratégias para o mesmo problema, o portador de deficiência mental permanece na relação unívoca e em decorrência não transfere e generaliza a atividade.

E com isso, ele por si só, automatiza o esquema por não conseguir abstrair dele o que desencadearia outro. O nível de abstração da pessoa com deficiência mental é considerável, embora, sempre há de ter o referencial concreto externo. Essa falta de perspectiva revela que o portador de deficiência mental processa suas experiências de mundo, de forma auto centrada e que a capacidade para reter informações está diretamente vinculada à motivação, interesse, atenção e memória.

Cada um terá seu desenvolvimento próprio, revelando-se em cada período de maneiras diferentes. A motivação e os interesses variam de acordo com o estado interno de cada indivíduo, mas também da estimulação que lhe é significativa, incorrendo em melhores capacidades de atenção, memória, generalização e transferência. (SCHEUER, 1993, p.5-9)⁴

Por conseguinte, a aprendizagem dessa criança deverá ser seqüencializada, baseada em avaliações específicas individualizadas e em programações curriculares na base dos princípios científicos do desenvolvimento. A aprendizagem é o reflexo do ensino; a qualidade de uma é o produto do outro. O currículo deverá conter as bases científicas do desenvolvimento.

⁴ SCHEUER, Cláudia. **Ensinando e aprendendo – Deficiência Mental**. São Paulo: Balieiro, 1993.

1.3. A Educação Especial

E aí é que entra o papel da educação especial e da inclusão, porque será no ambiente escolar que essa criança se desenvolverá e adquirirá habilidades.

Por educação especial (EE), modalidade de educação escolar, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação e promover sua inserção na sociedade.

Diferentes abordagens (filosófica, política, psicológica, pedagógica, social, médica) têm sido utilizadas para explicitar o papel da educação especial para os indivíduos, as famílias, a escola e a sociedade.

Segundo o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em publicação oficial (184: 6 e 7), deixa claro que a EE faz parte integrante da educação geral, devendo proporcionar aos alunos condições que possibilitem sua integração na sociedade, utilizando para isso metodologia especial, atendimento individualizado, bem como recursos humanos especializados. Castro (1980: 59), complementa que ela tem como meta facilitar a participação progressiva do aluno com deficiência na sociedade, obedecendo aos princípios que regem a educação geral.

Como nem todo aluno com deficiência mental está inserido no ensino regular, faz-se necessário compreendermos melhor, o universo da educação especial, e em particular a escola especial.

As instituições escolares de educação especial são aquelas que orientam o ensino e a aprendizagem do indivíduo com deficiência, atendendo suas peculiaridades com processos e currículos próprios. As instituições escolares de educação especial são:

- Centro de educação precoce: atende crianças de 0 a 3 anos que apresentam problemas evolutivos, reais ou potenciais decorrentes de fatores orgânicos ou ambientais.

- Escola de educação especial: é uma instituição especializada no atendimento educacional a uma categoria específica de excepcionalidade, quando suas condições permitirem poderá ser atendido em mais que uma categoria de excepcionalidade. Esta escola deverá dispor de instalações e espaços físicos apropriados ao atendimento adequado à categoria da excepcionalidade atendida. Todo profissional da equipe de atendimento deve ter especialização e o currículo deve ser adaptado às características de seus educandos. Os materiais e equipamentos específicos devem ser adaptados às necessidades deste educando.

Até a chegada da inclusão, as escolas especiais eram a única opção do aluno com deficiência mental. Há 75 anos, fundaram-se as primeiras Sociedades Pestalozzi, que seguindo a orientação do educador suíço, pretendiam desenvolver ao máximo as potencialidades da criança, por menores que elas fossem, através da educação. Dona Helena Antipoff – educadora e psicóloga – trouxe para o Brasil sua cultura e entusiasmo pela recuperação do portador de deficiência mental.

Em 1954, um casal de americanos militava no Rio de Janeiro, sobre a National Association for Retarded Children dos Estados Unidos, e assim constituiu-se um grupo de pais interessados, e fundou-se a primeira APAE do Brasil. Após várias inaugurações, chegou-se a um momento em que o movimento extenso em superfície precisava firmar suas bases, estruturar suas unidades para poder desenvolver-se e atuar.

Paralelamente, os órgãos oficiais também se interessam pelo problema, além de organismos estaduais, o Ministério da Educação e Cultura estabelece a

Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), cujo trabalho e apoio deram nova feição ao problema no Brasil.

A partir daí, novas instituições foram abertas e até hoje, constituem o porto seguro para alunos com deficiência mental: leve, moderada e, principalmente, severa, visto que as escolas de ensino regular, ainda não estão prontas para receber esse aluno mais debilitado.

2.0 O jogo e a brincadeira como facilitadores da aprendizagem

A criança com retardo mental apresenta déficit em reter, em guardar na memória tudo que aprendeu, o que se percebe é que um dos fatores para essa falta de retenção é justamente a incapacidade de prestar atenção na tarefa que está desenvolvendo, assim ele terá dificuldade em aprender. O desenvolvimento da linguagem também influencia nessa área, visto que a criança ao não conseguir se comunicar demonstra sua inaptidão. E com isso ela se sente fracassada e incapaz de participar de atividades que envolvam muita habilidade.

Daí a importância de se trabalhar com jogos e brincadeiras infantis, justamente para que uma atividade que seria maçante aos olhos dos alunos se torne estimuladora e gratificante, pois é no brincar que a criança frui sua liberdade de criação.

A aprendizagem por meio de jogos e atividades psicomotoras deve ser programada em seqüência e apresentada de modo tal que a criança aprenda a um passo compatível com o seu desenvolvimento. Eis algumas técnicas que podem ajudar na aprendizagem e tornar o ensino mais proveitoso:

- Deixar que a criança experimente o sucesso, organizando assuntos e usando métodos que levem a criança à resposta certa; não deixar a criança fracassar, sempre leva-la ao sucesso.
- Ofereça o feedback, a criança aprenderá com mais facilidade sabendo que respondeu corretamente.
- Reforce as respostas corretas, reforçar sempre e imediatamente com prêmios, palavras amáveis e comemoração.
- Encontre o nível ideal para a criança trabalhar, o meio termo é o adequado, nem muito fácil, nem muito difícil.
- Passar o mais lentamente possível de uma etapa para outra para facilitar a aprendizagem.
- Proceda de modo sistemático, as aulas devem ter seqüência, o assunto mais fácil e depois o mais difícil.
- Proporcione transferência positiva de conhecimento de uma situação para outra, ao apresentar um mesmo conceito de varias maneiras e em outros ambientes.
- Repita as experiências o suficiente para desenvolver a superaprendizagem, os portadores de deficiência mental necessita de mais repetições de uma experiência para que possam retê-las.
- Prefira espaçar as repetições do assunto no tempo a acumular as experiências num curto espaço de tempo, quando apresentar um novo conceito, voltar a ele sempre e de várias maneiras, para que ocorra a retenção do mesmo.
- Nos estágios iniciais de aprendizagem, associe constantemente um estímulo ou uma pista a uma resposta só, ensinar um som de uma

letra por vez até que a criança tenha aprendido, só depois ensinar os outros sons para essa mesma letra.

- Motive a criança para um esforço maior, reforçando e incentivando a sua satisfação de ser bem-sucedida; variando a apresentação de assuntos e atividades; ser entusiasmado e animado ao apresentar as atividades e ter uma aula com duração ideal.
- Limite o número de conceitos apresentados em qualquer período, não confundir a criança ao apresentar novos conceitos sem que o anterior esteja totalmente familiar.
- Organize o assunto com dicas adequadas para chamar a atenção, assim a criança aprenderá a observar dicas da situação que facilitarão o aprendizado e ignorará os fatos irrelevantes.
- Ofereça experiências de sucesso, organizar programas diários com atividades em que todos se sairão bem, a longo e em curto prazo.

Em uma escola regular há a responsabilidade pela organização de situações formais que permitam a aquisição de conceitos julgados relevantes em determinados momentos da escolaridade infantil. Durante o ensino fundamental a ênfase recai em processos verbais, palavras, símbolos e códigos. Na educação infantil faz-se necessário o ensino de conceitos por intermédio de atividades lúdicas, mediadas pela linguagem oral, gestual (motora), e por objetos e figuras.

Não por acaso que nessa época as crianças façam a aquisição de repertórios conceituais básicos e de pré-requisitos para aquisições acadêmicas posteriores. Falamos aqui do domínio de certos conceitos relativos à orientação no tempo, como *antes*, *após* e *durante*, e à duração de intervalos, como *tempo longo* e *tempo curto*, que futuramente terão reflexos em aprendizagens posteriores.

O jogo será o meio de fornecer à criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, possibilitando a aprendizagem de várias habilidades. Será na idade pré-escolar que a criança adquirirá, por meio da brincadeira e do jogo, a maior parte de seus repertórios cognitivos, emocionais e sociais.

Froebel (1826) acreditava que a personalidade da criança pode ser aperfeiçoada e enriquecida pelo brinquedo, e o professor tem como principal função a de fornecer situações e materiais para o jogo; afinal, a criança aprende por meio do brincar, admirável instrumento para promover sua educação (Froebel 1826, *apud* Aguiar 2001)⁵. O jogo é visto por muitos estudiosos como artifício que a natureza encontrou para envolver a criança numa atividade útil ao seu desenvolvimento, tanto físico quanto mental.

O jogo facilita o progresso da personalidade integral da criança e o progresso de cada uma de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. Bem como é excelente para atividades motoras, para o domínio de conceitos e para o desenvolvimento de algumas capacidades psicológicas, tais como: memória, avaliação e resolução de problemas.

Piaget é o nome mais revisitado para a compreensão da importância do jogo no desenvolvimento global da criança. Para ele a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais de toda criança, e torna-se indispensável à prática esportiva. Portanto, não se deve ver o jogo apenas como entretenimento ou passatempo para gastar as energias das crianças, mas sim como meio para contribuir e enriquecer o desenvolvimento intelectual delas. Nas crianças com deficiência mental o processo será o mesmo, pois ao brincar a criança chega à

⁵ AGUIAR, João Serapião de. **Jogos para o ensino de conceitos: Leitura e escrita na pré-escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

adaptação completa que existe numa síntese da assimilação com a acomodação, o que para eles de outra forma seria difícil de acontecer.

O ato de inteligência culmina num equilíbrio entre a assimilação e a acomodação. Enquanto a imitação prolonga a acomodação, o jogo é essencialmente a assimilação.

O jogo adotará regras a partir do momento em que a criança se socializa, se adaptando cada vez mais à imaginação simbólica de dados reais, sob a forma de construções espontâneas, mas imitando o real. Ver-se-á que a evolução do jogo interferirá incessantemente com a da imitação e da representação em geral, permitindo dissociar os diversos tipos de símbolos.

K. Gross, citado por Piaget (1975, p.118) diz que há seis fases para que se dê o início aos exercícios lúdicos. São elas:

- ❖ A primeira fase, que é a das adaptações puramente reflexas. O jogo, aqui, é visto como um pré-exercício dos instintos essenciais.

- ❖ Na segunda fase, o jogo parece duplicar uma parte das condutas adaptativas. O jogo só se esboça ainda na forma de uma diferenciação ligeira da assimilação adaptativa.

- ❖ Terceira fase, ou fase das reações circulares secundárias, o processo mantém-se inalterado, há mais nitidez entre jogo e a assimilação intelectual.

- ❖ Quarta fase, ou fase da coordenação dos esquemas secundários, há duas novidades: primeiro, as condutas mais características deste período, são suscetíveis de se prolongarem em manifestações lúdicas, e segundo, a mobilidade dos esquemas permite a formação de verdadeiras combinações lúdicas.

- ❖ Na quinta fase, as reações circulares terciárias ou experiências para ver estão presentes; a criança diverte-se a combinar gestos sem relações mútuas e

sem tentar realmente experimentar, para em seguida repetir esses gestos ritualmente e com eles fazer um jogo de combinações motoras.

❖ E é na sexta fase, finalmente, que o símbolo lúdico desliga-se do ritual, sob a forma de esquemas simbólicos. Há símbolo, e não apenas um jogo motor, pois há assimilação fictícia de um objeto qualquer ao esquema, e exercício deste sem acomodação.

No ato de inteligência, a imitação relaciona-se com o próprio objeto que se quer assimilar e a acomodação, permanece em equilíbrio constante com a assimilação, mesmo que esta se prolongue em imitação representativa. Quer se trate de inteligência, de imitação e de condutas típicas, todas as três são sensório-motoras, em que a imitação prolonga a acomodação, o jogo prolonga a assimilação e a inteligência as reúne sem interferências que compliquem essa situação simples.

2.1. Classificação dos jogos e sua importância na aprendizagem

Tanto o brinquedo quanto o jogo serão vistos como estimuladores da aprendizagem, seja o jogo livre ou o jogo estruturado, eles serão altamente significativos, desde que sejam levados a sério.

Bijou, citado por Aguiar (2001, p.38) diz que a fase dos dois aos cinco anos é o estágio básico do desenvolvimento, cujos limites seriam o início da linguagem e sua entrada na educação infantil. Para ele, a brincadeira pode ser analisada nas seguintes categorias:

1. Brinquedo orientado para o conhecimento;
2. Brinquedo de diferenciação do comportamento;
3. Brinquedo de intensificação do reforço;

4. Brinquedo imaginativo; e
5. Brinquedo de solução de problema.

Cada um terá seu devido no papel no desenvolvimento da criança, a atividade do jogo orientado para a aprendizagem envolve a formação de conceitos – comportamento abstrato – e é uma das metas da educação infantil. Poderá esse jogo, ser do tipo social ou de outros tipos dependendo da situação e do conteúdo que se quer abordar.

Há quatro estágios no desenvolvimento do brinquedo social na educação infantil, segundo Bijou.

No *brinquedo de observação*, a criança olha como um espectador, e não participa do brinquedo;

No *brinquedo paralelo*, duas ou mais crianças brincam lado a lado, em geral com os mesmos brinquedos, sem interagir umas com as outras;

As crianças interagem e compartilham o material, no *brinquedo associativo*.

E no *brinquedo cooperativo*, as crianças dividem e desempenham papéis em direção a objetivos comuns, podendo ou não, envolver-se em simples comportamentos de ajuda, ou até em jogos de grupo com regras.

Bijou ainda faz a distinção entre jogo estruturado e o livre (espontâneo). Para ele ambos são significativos para o desenvolvimento da criança e os diferencia dessa maneira:

Jogo Estruturado: é aquele em que a criança se engaja quando na presença de uma situação em que o espaço, os materiais, às vezes, outras crianças, instruções e ajudas explícitas ou implícitas, são arranjadas para que ela alcance um objetivo. Por exemplo: Um professor está estruturando um jogo quando diz ao aluno: “Olhe aqui estas massas. Quero ver você fazer um bonito boneco com elas”.

Jogo Livre: ocorre quando o jogo e o objeto do brincar são selecionados livre e espontaneamente pela criança. Neste caso a criança brinca livremente, isto é, ela é a gerente da situação.

Se ambos os tipos de jogos forem arranjados e supervisionados de maneira apropriada, contribuem significativamente para o desenvolvimento da criança. Pois, o que é aprendido no jogo é generalizado a outras situações da vida diária. E para o deficiente mental essa representação por meio do jogo é mais significativa, visto que, a criança ou o adulto com deficiência mental necessita de algo concreto para que possa elevá-la em nível de compreensão.

Vygotsky afirma que entre o jogo e a instrução escolar há um paralelo, porque ambos criam uma zona de desenvolvimento proximal, e a criança, nos dois contextos irá elaborar habilidades e conhecimentos socialmente disponíveis que passará a internalizar. Caberá ao educador planejar cuidadosamente seus conteúdos para atender às reais necessidades do educando.

O papel do jogo na vida da criança não é somente biológico – como uma descarga de energia supérflua; vai além da satisfação energética intrínseca. Será no jogo que o sujeito encontra o outro ou utilizará certo número de regras e se ritualizará de acordo com as contribuições da cultura.

Todo jogo tem suas regras, ou seja, não há brincadeira sem regras comportamentais, ao imitar a mãe com sua boneca, a menina está obedecendo às regras de comportamento maternal. E assim por diante, é dessa maneira que a criança internaliza regras e conceitos, por isso o uso do jogo para a pessoa com deficiência mental, justamente para que ela vivencie essas regras e possa internalizá-la à sua maneira.

Na educação especial, vê-se o jogo como instrumento para a aprendizagem e sabe-se que os educandos com deficiência mental tendem a associar muitos conceitos por meio de jogos e brincadeiras, pois ao participar e 'experimentar' o conceito a ser adquirido, sua capacidade de retenção é maior. É no brinquedo (jogo) que a criança aprenderá a agir numa esfera cognitiva.

No jogo, a criança sempre se comporta além de seu comportamento habitual de sua idade; no jogo ela é alguém maior do que é na realidade. Para a criança com deficiência mental, ao oferecer-lhe um jogo deve-se levar em consideração sua destreza, sua força muscular, seu interesse e sua motivação, são alguns dos fatores que resultam em sucesso ou fracasso.

As crianças com DM (deficiência mental) tendem a se tornar cada vez mais interessadas em atividades desafiadoras, desde que, sejam bem amparadas e assistidas. O educador deve oferecer jogos que garantam o prazer e o sucesso; evidentemente, o aluno deverá saber que nem sempre é possível ganhar. E por isso a motivação e o incentivo são indispensáveis nessa situação.

Quando apresentar brinquedos, não fazê-lo de maneira desordenada. A criança com deficiência mental precisa vivenciar esquemas, seqüências e ordens, dessa maneira ela não quererá brincar em hora errada. Ela saberá que há horário para cada atividade do dia. Aprende a controlar seus impulsos e evita que ela fique em dúvidas quanto a qual objeto pegar sem se beneficiar de nenhum.

Dar a oportunidade de a criança deficiente mental brincar com crianças sem deficiência, sem se importar com a idade cronológica dos companheiros de brincadeira, o que deve importar é o nível de desenvolvimento da criança, sua personalidade e seus interesses.

Os jogos oferecidos aos alunos com deficiência mental não visarão somente regras e conceitos, como também poderá servir como exercício físico para estimular uma área mais comprometida dessa criança. Por exemplo: os jogos que envolvem corrida, saltar, pular, atirar a bola para um lugar determinado, todos esses tipos de atividades estarão colaborando para que esse aluno desenvolva-se em várias áreas, ou seja, além de ele estar adquirindo conceitos estará também desenvolvendo suas habilidades motoras.

Nem sempre uma criança com deficiência mental tem condições de ir à fisioterapia para trabalhar sua postura, principalmente, as crianças que freqüentam o ensino regular. Daí a importância de se trabalhar jogos que envolvam a habilidade física, devemos ter em mente que ao se falar em jogos como meio para aprendizagem, ele não necessariamente, deve ser voltado somente para o lado cognitivo, há de se aliar todas as áreas – social, cognitiva, motora, percepções, social – para que se dê a aprendizagem esperada.

A principal finalidade da educação, desde a infância até a adolescência, é a de preparar o sujeito para serem eficazes e bem-sucedidos na vida adulta. Seja ela na educação especial ou no ensino regular, portanto a inserção na escola regular oferece à pessoa com deficiência mental a oportunidade de aprender a atuar no mundo. Será lá que ela terá acesso ao mundo novo e desconhecido, e é lá que ela terá chances de se assemelhar aos seus colegas.

Durante o ensino fundamental os processos verbais são enfatizados, principalmente palavras, símbolos e códigos. No nível da educação infantil percebe-se a necessidade de se ensinar por intermédio de atividades lúdicas, mediadas pela linguagem oral, gestual (motora), e por objetos e figuras. Será na educação infantil que a criança adquirirá domínio sobre certos conceitos.

Se para a criança considerada normal, essas atividades têm grande efeito em sua aprendizagem, quiçá com a criança deficiente mental. Hartley (1971) diz que durante os primeiros anos de vida a aprendizagem de certos conceitos-chave é ferramenta indispensável ao desenvolvimento da habilidade de pensar. Sendo assim, a criança precisa aprender a identificar, generalizar, classificar, agrupar, ordenar e combinar. Bem como, aprender a lidar com idéias – conceitos e qualidades de objetos, características das substâncias como forma, cor, textura e consistência; qualidades espaciais que incluem conceitos de proximidade, ordem, continuidade, limitação, entre outros.

Em uma criança com deficiência mental, seu desenvolvimento intelectual é limitado e por isso há uma defasagem num comportamento principal do comportamento intelectual, a memória. Um dos fatores que influencia a memória é a capacidade de prestar atenção, de ficar alerta. Na prática da atividade lúdica o indivíduo tende a ficar alerta, pois quer participar do jogo e é uma atividade prazerosa.

Cabe ao educador em comum acordo com técnicos (fisioterapeuta, fonoaudiólogo) que atendem à criança oferecer jogos que ajudem em áreas específicas, áreas em que a criança apresente maior dificuldade de desenvolvimento, pois simultaneamente ela estará aprendendo e estimulando habilidades desconhecidas.

3.0. A inclusão e o jogo

Segundo Vygotsky (1993), o ambiente é o fator do desenvolvimento do conhecimento, a riqueza do ambiente familiar e escolar é de fundamental

importância, será através destas experiências que os alunos construirão suas bases. Para que a criança com deficiência mental possa desenvolver-se plenamente e em conjunto com crianças sem deficiências, há de se ter a inclusão dela no meio social.

No entanto, essa inclusão não pode ser meramente um cumpridor da lei. A inclusão deve ser verdadeira e real, afinal o convívio escolar permite a efetivação das relações de respeito, dignidade e identidade.

Para a professora Dr^a. Leny Mrech (1998), a inclusão significa atender aos estudantes com necessidade especiais na vizinhança de sua residência; propiciar a ampliação de acesso destes alunos em classes comuns; propiciar aos professores da classe comum suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças com deficiências; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.

E continuando ela, a inclusão não significa: - levar as crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; - ignorar as necessidades específicas da criança; fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento ao mesmo tempo e para todas as idades; extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo; esperar que os professores de classe regular ensinem a crianças com necessidades especiais sem um suporte técnico.

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, harmônicos com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. A escola inclusiva será aquela que reconhece e responde às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que assegura uma educação de qualidade a todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, sejam de recurso e parceria com as comunidades.

Se a criança com deficiência mental for para escola regular desde a educação infantil, então dois pontos serão sanados: a garantia de educabilidade a todas as crianças e o pleno desenvolvimento desta criança. Pois, o sucesso de escolas inclusivas depende e muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças com necessidades educativas especiais já na fase da educação infantil.

Segundo pesquisa divulgada na Revista Nova Escola⁶, há 110 mil alunos com alguma deficiência estudando em escolas regulares, o Censo de 2203 mostra que a inclusão vem ganhando espaço, desde 1998 houve um acréscimo de 135%, mas ainda é minoria. Pois, cerca de 340 mil crianças com deficiência estão segregadas.

Citaram-se as principais medidas que garantem o sucesso da proposta, são elas: - estímulo para que as escolas elaborem sua proposta pedagógica, diagnosticando a demanda por atendimento especial; criação de um currículo que reflita o meio social; apoio à descentralização da gestão administrativa; oferta de transporte escolar para todos.

⁶ GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola. São Paulo, nº165, p.42-47, set/2003.

Há de se tomar alguns cuidados para que a educação inclusiva não se torne um martírio para o aluno que está em fase de adaptação. A seguir alguns cuidados que foram elaborados a partir de informações do kit Escola Viva - MEC em conjunto com a associação Sorri Brasil.

Os alunos com deficiência mental têm dificuldade para operar idéias de forma abstrata, por isso o ideal em sala de aula é posicioná-lo nas primeiras carteiras, de forma que você possa estar sempre atento a ele; estimular o desenvolvimento de habilidades interpessoais e ensiná-lo a pedir instruções e solicitar ajuda; tratá-lo de acordo com a faixa etária; adaptar os conteúdos curriculares, somente após uma cuidadosa avaliação de uma equipe de apoio multiprofissional; e avaliar a criança pelo progresso individual e com base em seus talentos e suas habilidades naturais, sem compará-la com a turma.

Infelizmente no Brasil, há muito que ser feito, esbarramos em muita burocracia e projetos não saem do papel. O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei ° 10.072, de 2001, estipula que até 2006, todos os prédios escolares devem estar adaptados segundo a norma. No entanto, isso não é possível devido falta de recursos financeiros e até pela própria estrutura das escolas que não permitem tais reformas. Há escolas que foram construídos em terrenos pequenos e acidentados, e a única alternativa arquitetônica são as construções com vários andares e muitas escadarias.

E essa acessibilidade não deve ser entendida somente como banheiro adaptado e rampas de acesso, deve ser vista também, como um acesso de todos de forma igualitária, aos meios de comunicação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, aos recursos eletrônicos, digitais e tecnológicos.

Caberá à equipe pedagógica dar suporte aos professores para que esses tenham capacitação adequada e acompanhamento pedagógico sempre que necessário.

Para Peter Mittler (2000), inclusão envolve mudanças em três níveis:

- ❖ Todas as crianças freqüentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio;
- ❖ Todas as escolas reestruturando seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade;
- ❖ Todos os professores aceitando a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo treinamento contínuo, apoio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade.

O ensino escolar individual e adaptado é ideal e o mais adequado para atender as necessidades escolares aos que têm dificuldades em aprender, sobretudo os que têm deficiência mental, essa é a opinião de grande parte de professores de escolas comuns e especializadas, bem como de profissionais da área clínica. Mas não é o mais indicado, visto que, adaptar o ensino para alguns alunos de uma turma não conduz a uma transformação pedagógica das escolas, uma exigência da inclusão.

O que deve acontecer é a mudança do paradigma educacional, que gerará uma reorganização das práticas escolares – planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo.

Uma vez que houve a inclusão, então o caminho a seguir é elaborar planejamentos e conteúdos que satisfaçam todos os alunos, e é aí que entra o papel do jogo como instrumento da aprendizagem. Após encaminhamento

pedagógico, o professor deverá incorporar o jogo como um facilitador da aprendizagem – vista como o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maduro, que se expressa diante de uma situação problema. A aprendizagem é um processo previsível e controlável observemos os currículos e programas escolares que supõem um tempo métrico rigorosamente regulado.

Evidentemente, que quando falamos em adaptações de conteúdos e currículos, nos referimos ao Projeto Político Pedagógico da escola inclusiva, pois será neste documento que serão feitas incorporações das particularidades de cada aluno. É verdade que o currículo deva garantir a referência nacional, mas a escola tem autonomia para dar respostas ao seu alunado, ou seja, modificar o que é preciso para que todos possam ser atendidos. Entender e respeitar os alunos em suas particularidades é um dos pontos a ser respeitado pelas escolas.

Herdero (1999), diz que adaptações curriculares são ajustes ou modificações que se efetuam na oferta educacional comum para dar resposta aos alunos com necessidades educacionais especiais. Há três níveis de adaptações curriculares – parte-se sempre de um nível mais geral, para ao específico. São eles:

1. Adaptações curriculares de escola: são adaptações que se realizam nos diferentes elementos do projeto pedagógico-desenvolvido pela equipe da escola para responder às necessidade educacionais especiais, como por exemplo: retirada de barreiras arquitetônicas, busca de recursos materiais, formação dos professores, configuração de horários para o trabalho interdisciplinar, organização de apoios, orientações técnicas e outras que forem julgadas necessárias pela equipe escolar.

2. **Adaptações curriculares de aula:** refere-se a um conjunto de ajustes nos diferentes elementos da proposta curricular para possibilitar o processo de ensino-aprendizagem e interação do aluno com necessidades educacionais especiais na dinâmica geral da aula. São modificações que se realizam no contexto de sala de aula e estão relacionadas com a priorização de objetivos e atividades, formas de agrupamento de alunos, organização dos recursos materiais, utilização de variados procedimentos, uso de uma metodologia variada que permita a interação e o estabelecimento do processo de ensino-aprendizagem.
3. **Adaptações curriculares individuais:** essas adaptações só deverão ocorrer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativamente abaixo do esperado pela sua idade. Dessa forma, é caracterizado como um conjunto de modificações propostas para um determinado aluno, com o objetivo de responder às suas necessidades educacionais especiais às quais podem ser compartilhadas pelo resto dos alunos.

Sendo assim, as adaptações serão feitas ou modificadas de acordo com o aluno que a escola oferece, e com qual alunado ela vai atender.

Quando nos referimos ao termo jogo como meio para a aprendizagem, não estamos nos referindo à prática da educação física, em que os alunos terão jogos variados à sua espera. Referimos-nos aos jogos educativos, aos brinquedos, e aos jogos que visam desenvolver a memória, a atenção, a obtenção de conceitos e regras.

Serão os jogos realizados dentro e fora da sala de aula, a ajuda do professor de educação física, aliás, tanto professor regente quanto professor de artes e educação física, deverá estar sempre em sintonia para que em parceria possam aplicar atividades que desenvolvam tais habilidades que aquele aluno tem e nem sempre é estimulado adequadamente.

Porque os deficientes mentais são originais em suas formas de percepção e nas experiências de vida, entretanto, o potencial criador dele, dependerá das oportunidades que ele tem de expressá-los.

E será por meio de jogos e brincadeiras que ele se expressará e desenvolverá habilidades adormecidas, afinal o jogo oferece como principal função a estruturação das relações humanas, pois todos têm a necessidade do lúdico. Chateau (1987) afirmou que o homem só é completo quando brinca, e isso também se enquadra com as crianças com deficiências, principalmente a mental, em que o seu cognitivo é prejudicado.

Jogos são excelentes meios para trabalhar a psicomotricidade, ou seja, através de jogos o professor poderá reforçar conceitos como lateralidade, esquema corporal, ritmo, coordenação visomotora, orientação espaço-temporal, entre outros. Os alunos se sentem envolvidos em situações lúdicas, tal fato se comprova com a pesquisa realizada pelas estagiárias deste curso e que optaram pelo jogo como instrumento da aprendizagem.

Em recente pesquisa realizada em duas escolas especiais e um centro de integração projeto Piá, as estagiárias saíram a campo e fizeram uma série de questionamentos com os professores e profissionais de outras áreas a respeito de: jogos e educação: é possível?

As respostas foram as mais diversas, no entanto quando questionadas sobre a possibilidade de utilizar jogos e brincadeiras em sala de aula, praticamente, 90% das entrevistadas disseram ser adeptas da utilização de jogos para ensinar algum conceito mais difícil de ser entendido.

Ao contrário dos professores, os profissionais de outras áreas: como limpeza, secretaria, atendentes e outros não souberam dizer se o jogo e a brincadeira surtiam efeito sobre os alunos, muitos viam essa atividade apenas como diversão para os alunos e menos trabalho para os professores. As atividades lúdicas, ainda são vistas como passatempo e não são incentivadas em muitas escolas por diretores e coordenadores, justamente por parecer que aluno e professor estão matando tempo.

Entre os alunos com deficiência mental percebeu-se o entusiasmo e a alegria ao acertar o que lhe era oferecido, em jogos como 'lenço-atrás': que objetivava transmitir regras, atenção, memória, coordenação motora global. Em outra visita à escola as estagiárias perceberam que o que foi transmitido naquela aula, os alunos ainda utilizavam em outras atividades pedagógicas feitas em sala de aula.

Portanto, o educar por meio de jogos e brincadeiras é viável e possível. Seja em escolas especiais, seja em escolas regulares o objetivo do jogo é um só: o de transmitir conhecimentos através de algo prazeroso e satisfatório. Os alunos ganham com essa prática e os professores conseguem chegar aonde querem, isto é, conseguem atingir o cognitivo daquela criança que não conseguem apreender nada.

Somente com muita paciência e experiências – conteúdos, planejamentos, atividades – é que o professor se dará por satisfeito perante seus alunos ávidos pelo saber. Quem disse que jogos e brincadeiras são somente passatempos ou

diversão não sabiam o que falavam, pois ao oferecer um jogo para um aluno com deficiência mental ou não, há de se responder as seguintes questões: Qual o objetivo deste jogo? Para quem ele é destinado? Meus alunos poderão participar de tal atividade? Terei sucesso com tal atividade? Os alunos não se sentirão fracassados se perderem?

A partir do momento em que o professor se questiona sobre qual jogo aplicar, ele estará se preocupando não com o seu bem-estar, e sim com o que os alunos poderão apreender com tal atividade. A prática do jogo não deve ser feita à revelia, pelo contrário, deve ser muito bem estruturada e planejada, para que surta efeito.

Professores que se utiliza de jogos visando somente à diversão não sabem o que perdem, pois os alunos ao jogar desenvolvem-se de maneira espontânea e agradável.

E concluímos com a frase citada na introdução: a criança nasce com uma capacidade cognitiva e motora a ser desenvolvida, basta saber quais serão os meios para se chegar a esse desenvolvimento e teremos um aluno feliz com suas realizações.

CONCLUSÃO

Desde o nascimento a criança é exposta a inúmeras possibilidades de interação e integração com o ambiente – social e ecológico – assim como com seu próprio comportamento. Ao ir se desenvolvendo essas interações vão se lapidando e seu comportamento conceitual tornando-se mais complexo. Afinal os estímulos recebidos estão cada vez mais sofisticados.

Quanto maior for a estimulação que o bebê tiver, maior sua capacidade de cognição e habilidades motoras. Ora, se a criança permanece sempre no berço e não for estimulada com quaisquer que seja o estímulo, ela tenderá a sofrer sérios danos cognitivos em sua experiência escolar. Ou seja, uma criança normal que não teve estímulos suficientes em sua primeira infância poderá ter danos cognitivos quando entrar para a escola, pois estará defasado em várias áreas do desenvolvimento.

O que queremos dizer é que, o bebê tem que passar por situações para que ele possa se desenvolver plenamente, e essas situações são os jogos e as brincadeiras. Será através de brincadeiras como: “cadê o meu nenê?” (e o bebê está escondido atrás de um cobertor); “onde está seu bichinho de pelúcia?” (escondido atrás da mãe); que o bebê passará por situações que necessitará o uso das áreas – cognitiva, motora e perceptiva, fazendo com que esse bebê descubra e perceba o mundo à sua volta.

Cabe à família ou à creche fazer essa estimulação com a criança, brincar e jogar com ela sempre que possível e necessário para que ela tenha ricas experiências e possa desenvolver-se plenamente. Com o bebê deficiente mental, a

estimulação deverá acontecer desde muito cedo para que essa criança não perca experiências.

Conforme a definição da AAMD considera-se deficiente mental, todos aqueles que apresentarem um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, evidenciado durante o período de desenvolvimento e associado a 'déficits' no comportamento de adaptação. Portanto, o bebê com deficiência mental, obrigatoriamente, deverá ser estimulado em todos os campos de desenvolvimento para que ele possa realizar atividades sem supervisão.

Quando realizada pesquisa em escolas especiais, pôde-se perceber que uns alunos apresentavam maior tempo de concentração e atenção nas atividades oferecidas, que outros, isto porque, esses alunos tiveram poucas experiências em sua infância, prejudicando assim seu desenvolvimento. E os jogos era o meio que a professora encontrava para que esses alunos conseguissem atingir determinado objetivo.

É para os alunos com maior incapacidade de cognição que serve os jogos e as brincadeiras, para que eles possam por meio de uma atividade prazerosa, conquistar seu espaço e desenvolver suas habilidades, ainda adormecidas.

É sabido que as crianças 'normais' saudáveis demonstram por meio de gracejos, chutes e risadas seu senso de bem-estar e felicidade. Seus pais, por sua vez, respondem expressando seu amor, interesse e uma variedade de experiências estimulantes. Com a criança com deficiência mental, os pais encontram certa dificuldade em responder a situação, uma por que os bebês com deficiência mental apresentam progressos mais lentamente; outra, por que os pais não sabem como estimular esse lento progresso.

Daí a grande importância em intervir precocemente, para que se dê atenção específica à área sensório-motora e social do bebê. O desenvolvimento motor do bebê com deficiência será diferente de um bebê normal, visto que o bebê normal segue uma seqüência típica: levantar a cabeça quando está de bruços, seguido do rolar, sentar-se, engatinhar, ficar de pé e andar. O bebê com deficiência mental, poderá ou não seguir essa seqüência, dependerá dos estímulos que ele terá.

Pueshel (1993) nos dá algumas sugestões de como estimular um bebê com deficiência mental: - colocar o bebê em superfícies com texturas variadas; - cobrir o bebê com tecidos de diferentes texturas e pesos; - tocar o bebê de várias maneiras – alisar, esfregar, tamborilar, fazer cócegas de leve ou apertar levemente; - deixar o bebê tocar-lhe, no rosto, cabelos, roupas e em várias partes de seu próprio corpo; - todas as atividades feitas com o bebê devem ser acompanhadas pela fala ou cantos de melodias rítmicas.

Se o bebê deficiente mental passar por experiências assim, suas chances de um bom desenvolvimento global são muito maiores, e com isso, ao entrar para a escola – especial ou regular – suas expectativas serão aumentadas. Há de se conscientizar pais e familiares a respeito da estimulação em casa e a entrada em escolas e/ou creches desde cedo para que todas as etapas de desenvolvimento sejam preenchidas.

Outro autor que ressalta a importância de atividades rítmicas no desenvolvimento da criança com deficiência mental é Weigel (1988), para ele a prática de atividades rítmicas, ativa os diversos aspectos do desenvolvimento da criança: cognição, lingüístico, psicomotor, afetivo-social. Bem como, contribui para a formação e o equilíbrio de sua personalidade, pois este adquire a imagem, o uso e o controle do corpo.

E será na escola que a criança deficiente mental terá uma educação psicomotora eficiente, o professor ao oferecer atividades psicomotoras associadas com o aprendizado da leitura, da escrita, da aritmética, estará estimulando e desenvolvendo as habilidades motoras finas e visomotoras. O material a ser usado será amplo e diversificado, como gráficos, manipulações, jogos de memória, jogos de enfiagem, entre outros.

Portanto, o papel dos jogos e das brincadeiras para a criança com deficiência mental é extremamente importante, visto que, será por meio deles que o professor irá conseguir alcançar determinados objetivos e inculcar conceitos que não são bem aceitos pelas vias normais de ensino, como por exemplo, através de textos ou histórias que não objetivam esses conceitos especificadamente. Mas através dos jogos o professor poderá visar somente à área que ele pretende desenvolver ou estimular e fazer um trabalho adequado e diferente com o aluno, e dessa maneira todos os alunos em sala poderão participar – mesmo aqueles que já adquiriram o conceito em questão.

Dessa maneira, até mesmo na educação inclusiva os jogos e as brincadeiras terão seu espaço, porque ao oferecer essas atividades lúdicas todos os alunos em sala poderão participar e uma vez que esteja em comum acordo com planejamentos, conteúdos e no projeto político da escola, os pais não poderão reclamar que o professor brinca ou joga com seus alunos somente para passar o tempo. Estará documentado que a prática de atividades lúdicas é fundamental para o desenvolvimento de todos os alunos, seja com ou sem deficiências.

Os jogos e as brincadeiras também auxiliarão aqueles alunos que apresentem dificuldades em alguma área de aprendizagem, e são considerados lentos em suas produções.

Como vimos o ensino com jogos e brincadeiras tem seu fundo de verdade e é necessário para situações consideradas problema em sala de aula, logicamente que não será a parte principal da aula e nem será oferecido à revelia. Há de se ter um planejamento em que especifique o porquê do uso dos jogos em suas aulas.

Cabe à escola apoiar e dar condições para que esse tipo de educação seja possível e viável. Orientar e conduzir esse profissional para que ele realize um ótimo trabalho com seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião de. **Jogos para o ensino de conceitos: Leitura e escrita na pré-escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BOULCH, Jean Lê. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos seis anos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona.** Nova Escola. São Paulo, nº165, p.42-47, set/2003.

PIAGET, Jean. **A construção do Real na Criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança.** Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

SCHEUER, Claudia. **Ensinando e aprendendo – Deficiência Mental.** São Paulo: Balieiro, 1993.

Decreto Federal nº 3956/2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência.

Educação Especial Programa nº 6. Conhecendo o aluno portador de Retardo Mental – Um salto para o Futuro/22/06. Boletim de Educação